



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Arruda se despede da vida pública

Em novembro, a Operação Caixa de Pandora completou 15 anos. Nesse período, muita coisa aconteceu no país. Políticos foram condenados, alguns cumpriram parte da pena, muitos foram perdoados. O país mudou. O Distrito Federal viveu na Pandora a sua maior crise, com o envolvimento dos cabeças dos poderes locais. O principal alvo da operação, o ex-governador José Roberto Arruda, ainda enfrenta os processos. Ganha aqui, perde ali. Ainda não retomou a elegibilidade. Mas a cada eleição o nome dele ressurge como uma tentativa de retorno ao protagonismo político. Sem sucesso. Nesta semana, Arruda gravou um vídeo para anunciar uma decisão “difícil, mas necessária”: “Não pretendo voltar mais para a vida pública”, afirmou.

Reprodução/Redes sociais



Vinte anos

A última vez em que José Roberto Arruda venceu uma eleição foi em 2006. Quando os eleitores voltarem às urnas, em 2026, terão se passado 20 anos. “As pessoas me perguntam muito se quero voltar para a política. Eu vou dizer assim: sinceramente, não. Eu tive uma vida muito intensa. Vim de família humilde, formei em engenharia, vim para Brasília jovem ainda (21 anos). Fui engenheiro da CEB, comecei a trabalhar como engenheiro. Depois fui diretor da Novacap, diretor da CEB, Ministério de Minas e Energia, fui secretário de Transportes, fui chefe da Casa Civil, criei e fui primeiro presidente do Metrô, fui secretário de Obras do governo Roriz. E depois fui deputado, senador, governador... Enfim, eu tive uma vida muito intensa, tive meus percalços, minhas dificuldades, mas, Graças a Deus, Deus me deu muitas oportunidades. Agradeço demais às pessoas que me ajudaram nessa caminhada, mas agora eu me recolhi, eu sou pai Uber, estou criando meus filhos, dando minhas aulas e estou feliz assim, e realmente não pretendo voltar mais para a vida pública”, afirmou.

Divulgação



Vigilantes

Deputados da bancada do DF acompanharam até o último momento a leitura do relatório do deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), que deixou de fora os cortes no Fundo Constitucional do DF.

MDB colaborou

O deputado Rafael Prudente (MDB-DF) passou no teste da articulação política no Congresso para a supressão do artigo sobre a mudança no Fundo Constitucional do DF do projeto de lei que atendia ao ajuste fiscal do governo Lula. No fim das contas, o relator do projeto, Isnaldo Bulhões (MDB-AL), atendeu ao apelo do governador Ibaneis Rocha (MDB) e de Prudente. Os três são do mesmo partido.

Entre a cruz e a caldeirinha

Isnaldo Bulhões (MDB-AL) foi muito cauteloso quanto à tramitação do projeto que trata da correção do Fundo Constitucional do DF. Ele pediu para um colega do PP, o deputado Átila Lira (PP-PI), incluir o corte no Fundo Constitucional do DF em uma das matérias que ele relatou. É que Bulhões estava entre desagradar o governador Ibaneis Rocha (MDB), de seu partido, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de quem é muito amigo. Mas a medida não vingou. Vitória foi de Ibaneis.

Minervino Junior/CB/DA Press



“Ideia de jericó”

A ex-governadora Maria de Lourdes Abadia levou ao seminário do **Correio**, realizado na última quarta-feira, sobre o Fundo Constitucional do DF, um material que preparou para uma apresentação sobre o tema. Mas, na hora de falar, ela preferiu o improviso. Abadia chamou de “ideia de jericó” a iniciativa de avançar sobre os recursos do Fundo Constitucional do DF.

Sonho mais distante para os servidores

Comprar a casa própria passou a ser um sonho mais distante para quem fez concurso. O servidor público deixou de ser o grande consumidor na capital do país. Para se ter uma ideia, levantamento da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (Ademi-DF) aponta que hoje apenas 40% dos clientes de novos lançamentos imobiliários são do setor público — funcionários do Executivo, Legislativo e Judiciário local e Federal. Há 15 anos, segundo o presidente da Ademi, Roberto Botelho, esse percentual chegava a 90%. Atualmente os principais compradores são advogados, profissionais liberais, empresários e produtores rurais. “O motivo é o achatamento dos salários dos servidores públicos”, acredita Botelho.



Preservando o benefício social

O senador brasileiro Izalci (do PL) apresentou projeto de lei proibindo que os beneficiários de programas sociais ou bolsas de subsistência do governo federal usem os recursos recebidos para jogos de apostas on-line. Pelo projeto, os operadores de apostas on-line deverão implementar mecanismos de verificação automática de dados, utilizando bases governamentais, como o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), sob pena de altas multas. Pessoas que usarem dinheiro do bolsa família, por exemplo, para jogarem, também serão penalizadas com o corte do benefício. O Banco Central divulgou que, apenas no mês de agosto deste ano, 20% dos recursos do Programa Bolsa Família foram destinados a apostas esportivas. “O objetivo é garantir a destinação correta dos recursos públicos e a proteção das famílias vulneráveis. O bolsa família não é para as BETS, para os jogos de azar”, justifica Izalci.

Juntos na pauta

Os coordenadores dos cursos de Jornalismo do Uniceub, Bruno Nalon, do IESB, Daniella Goulart, e do IDP, Bruno Aragão, juntamente com a professora Raquel Sacheto, estão colaborando voluntariamente com o projeto Prêmio Engenho de Comunicação dedicado aos estudantes de Jornalismo. A iniciativa foi lançada na comemoração dos 20 anos do Prêmio Engenho de Comunicação — O Dia em que o Jornalista Vira Notícia. Prevê debater os paradigmas da profissão com os futuros profissionais, capacitando-os sobre temas como ESG, empreendedorismo, cobertura de temas desafiadores (feminicídio, entre eles), detecção e combate às fake news. “Um concurso de redação será lançado, em abril, para os futuros jornalistas. Temos todos que contribuir para que essa profissão estratégica para a sociedade avance cada vez mais”, destaca Kátia Cubel (foto), presidente do Prêmio Engenho de Comunicação. Os alunos vencedores do concurso poderão participar de atividades práticas nas principais redações de Brasília, entre elas, o **Correio Braziliense**, que assinou um acordo de cooperação técnica com o Prêmio Engenho para esse projeto. A primeira reunião de trabalho já foi realizada. As instituições UnB e Católica deverão se juntar ao grupo, nos próximos encontros.

Neide Amaro/Divulgação



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

Fundo Constitucional do DF

» Entrevista | **ROBERTO BOTELHO** | PRESIDENTE DA ADEMI-DF

Qualidade de vida fica garantida

Representante do setor imobiliário disse que a manutenção do FCDF proporciona o bem-estar dos moradores da cidade

» LUIS FELYPE RODRIGUES*

Os impactos da mudança na forma de cálculo da correção anual do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), para Brasília, foram avaliados pelo presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do DF (Ademi-DF), Roberto Botelho. Aos jornalistas Sibe Negromonte e Arthur de Souza, no programa CB.Poder — parceria entre o Correio e a TV Brasília — de ontem, o representante patronal também falou sobre os problemas que ocupações irregulares geram para o setor imobiliário da cidade.

Ontem tivemos uma vitória parcial do FCDE, mas ainda não é uma garantia. Como o sr. avalia essa constante tentativa

de mudar o fundo?

O FCDF faz parte da Constituição Federal. Não tem uma lei que seja mais forte que essa. O que a população do DF não pode permitir é que isso seja desfeito. Mudando o índice de aumento ou diminuição do fundo. Que foi muito bem pensado, porque ele (o fundo) é um percentual do aumento da receita líquida da União. Ou seja, se você tem um aumento da receita em um determinado ano, o fundo também aumenta. Se tem uma queda, ele cai. Então, o fundo não desestabiliza financeiramente a parte fiscal do governo (federal). Não é um valor fixo. Então arrecadou pouco, tem menos.

Como esse corte no Fundo afetaria o mercado imobiliário do DF?

Ele afeta a qualidade de vida de

PEDRO SANTANA / CB



todos os cidadãos do DF. Além disso, de todos os políticos que recebemos aqui. Porque a cada quatro anos são renovados os deputados, senadores, assessores e ministros — e muitos vêm para a capital —, além dos embaixadores de vários países. Todas essas pessoas têm que ter um bem-estar. Porque aqui é a vitrine do Brasil. Imagina o Xi Jinping — presidente da República Popular da China — vir aqui visitar o DF, e os assessores dele vão dar uma volta ali no Parque da Cidade e têm o celular furtado. Ia ser

um vexame para o país. Brasília tem que ser tratada de uma forma diferenciada.

Mudando de assunto e falando sobre o valor dos imóveis do DF, tem como aumentar a oferta e diminuir os preços?

O DF teve um problema muito sério entre a década de 80 e 90, que foi uma paralisia no planejamento urbano e aprovações de novos loteamentos. Com isso, aconteceram dois fatores muito graves: a grilagem de terras e o surgimento



Aponte a câmera do celular e acesse a entrevista completa

de condomínios ilegais, que são aquelas terras particulares, mas que o proprietário loteou sem uma aprovação e legalização. Além disso, praticamente expulsamos para o Entorno 1,8 milhão de pessoas. Então, temos megacidades no Entorno.

Como podemos corrigir isso?

Com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), aprovado em 2009. Ele tinha que ter sofrido uma revisão em 2019, mas houve a pandemia da covid-19. Mas tudo bem, ele está em andamento. O secretário de Habitação (Marcelo Vaz) está fazendo um excelente trabalho. Acompanhei muito atentamente

o PDOT de 2009. E essa atualização está tendo uma transparência que nunca existiu. Foram feitas mais de 20 audiências em todas as regiões administrativas. Quatro audiências públicas, quando oficialmente você deveria fazer apenas uma pela lei. Com essa revisão do PDOT, esperamos que ela incentive a ocupação legal e planejada do solo.

O senhor acha que atualmente a ocupação ilegal do solo é um dos maiores problemas do setor?

Com certeza. Não só do setor, como da cidade. Temos o exemplo de Vicente Pires, que é emblemático em Brasília. Porque era um polo imaginado para ter hortaliças e atender à demanda de vegetais perto da população, e virou uma cidade. Assombrosamente, Vicente Pires tem 40 mil apartamentos. Não estou falando de casas, mas de apartamentos e prédios construídos. Ou seja, uma densidade demográfica muito alta.

*Estagiário sob a supervisão de Márcia Machado